

Roda de Conversa: Agronegócio

Documento Síntese – Versão 1 (06.jun.2013)

Local do Evento: São Paulo

Data: 16 de maio de 2013

Horário: 14:30 – 18:30

Expositores:

- Sr. Marcos Jank: Executivo da Plataforma.Agro, é ex-Presidente da União da Indústria da Cana-de-Açúcar – UNICA e do Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais – ICONE. Graduado em Agronomia e Doutor em Administração, ambas para Universidade de São Paulo – USP, onde foi professor e pesquisador por 18 anos.

- Sr. Roberto Rodrigues: Coordenador do Centro de Agronegócios da Fundação Getúlio Vargas – FGV, foi Ministro da Agricultura do Brasil entre 2003 e 2006. Roberto Rodrigues é graduado em Agronomia e pela USP ex-Professor do Departamento de Economia Rural da Universidade Estadual Paulista – UNESP.

Mediador:

- Sr. Sérgio Leitão: Advogado, Diretor de campanhas do Greenpeace. Foi diretor do Instituto Sócio Ambiental – ISA e é associado do Instituto Democracia e Sustentabilidade – IDS.

Presentes:

Conselheiros do IDS: Marina Silva, Maria Alice Setúbal, Gisela Maria Moreau, Guilherme Leal, João Paulo Capobianco.

Equipe do IDS: Bazileu Margarido, André Rodolfo de Lima, Juliana Cibim, Fabio de Almeida Pinto, Felipe Staniscia, Mariana Vilhena Bittencourt e Stephanie Lorenz.

Convidados:

- Adriana Kfourj: The Natural Conservancy – TNC.

- Ana Valéria de Araújo Leitão: Associada do Instituto Democracia e Sustentabilidade – IDS.

- Andréa Buoro: Instituto Arapyaú.

- Ângelo Costa Gurgel: Fundação Getúlio Vargas – FGV.

- Arlson Favareto: Universidade Federal do ABC – UFABC.

- Beatriz Secaf: União da Indústria da Cana-de-Açúcar – UNICA.

- Daniela Amarante: Bioarquitetura e arquitetura sustentável.

- Eduardo Viola: Universidade de Brasília – UnB.

- João Francisco Adrien: Departamento Rural Jovem da Sociedade Rural Brasileira.

- José Eli da Veiga: Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP – FEA-USP.
- Karina Ninni Ramos: Revista Página22.
- Karla Battistela: Greenpeace Brasil.
- Laura Antoniazzi: Agro.Icone, Plataforma.Agro.
- Luiz Carlos Beduschi Filho: Escola de Artes, Ciências e Humanidades – EACH-USP.
- Marcos Vinicius de Campos: Rede de Ação Política pela Sustentabilidade – RAPS.
- Mariana Moreau: Relações Internacionais da USP.
- Ricardo Sennes: Prospectiva Consultoria.
- Roberto Perosa: Fundação Getúlio Vargas – FGV.

INTRODUÇÃO

O Instituto Democracia e Sustentabilidade – IDS promoveu, no dia 16 de maio de 2013, Roda de Conversa para discussão das perspectivas do agronegócio brasileiro, em face à importância deste setor para o desenvolvimento sustentável do país. O evento, mediado por Sérgio Leitão, Presidente do Greenpeace, contou com exposições de Marcos Jank, Executivo da Plataforma.Agro e ex-Presidente da UNICA, e de Roberto Rodrigues, Coordenador do Centro de Agronegócios da FGV e ex-Ministro da Agricultura. Participaram do debate Marina Silva, Guilherme Leal, demais conselheiros do IDS e convidados.

As discussões partiram de dados sobre o desempenho da atividade no Brasil e os fundamentos de tal desempenho. Por um lado, tem-se o agronegócio como responsável por 22% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional e elemento de equilíbrio da balança comercial do país. Por outro, é notável que esta performance viabiliza-se, entre outros fatores, pela disposição de grandes áreas produtivas, uso de alta tecnologia e capacidade de organização, muitas vezes acarretando em consideráveis impactos socioambientais.

A intensificação deste cenário levou à polarização, ao longo dos últimos 3 anos, entre os que se posicionaram contra e aqueles a favor das alterações do então Código Florestal. Ao cabo deste processo, foi publicada a Lei federal nº 12.651/2012 instituindo o Novo Código Florestal brasileiro, tido como uma derrota por setores ambientalistas.

Neste mesmo passado recente, entretanto, uma iniciativa destacou-se na tentativa de conciliar as variáveis ambiental e econômica: o Plano de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (Plano ABC), formalizado através do Decreto federal nº 7.390/2010, no âmbito dos planos setoriais previstos na Política Nacional sobre Mudanças do Clima – PNMC.

Além dos questionamentos sobre a eficácia de tais medidas na compatibilização da produção agropecuária com a preservação ambiental, tem-se ainda uma forte variável social permeando toda a discussão, centrada na ideia de se promover um desenvolvimento rural inclusivo diante de um contexto de concentração fundiária observado.

Os temas apresentados se somam às demandas por investimento em infraestrutura para o agronegócio e compõem o debate sobre o desenvolvimento do País nos próximos anos. De forma a criar uma estrutura mínima para as apresentações e questionamentos, foram sugeridas as seguintes questões norteadoras:

1. Qual a estimativa de expansão da produção que o setor projeta para a próxima década? Essa expansão pode ser feita exclusivamente com a utilização de áreas subutilizadas e degradadas/abandonadas no país?
2. Como conciliar a preservação socioambiental e da biodiversidade ao desenvolvimento do agronegócio? Como incorporar esses desafios às políticas públicas voltadas ao agronegócio no decorrer dos próximos anos, considerando a área que o Brasil precisa para atingir os planos de desenvolvimento da atividade agrícola?
3. Que avaliação pode-se fazer das medidas já adotadas para implantar as alterações do Código Florestal? Como o setor está comprometido em realmente viabilizar o Cadastro Ambiental Rural e os Programas de Regularização Ambiental?
4. Que avaliação se pode fazer, até o momento, da implementação do Plano ABC como um todo, ou seja, da evolução dos 7 programas propostos na sua formulação?
5. Como está acontecendo a integração entre todos os atores que pertencem às cadeias que fornecem, transformam e comercializam o que é produzido no e para o setor do agronegócio?

Após as apresentações dos expositores, cujo foco foi demonstrar suas visões sobre as possibilidades de expansão do agronegócio em bases sustentáveis e à luz das perguntas norteadoras, os convidados levantaram questões relacionadas aos impactos socioambientais da atividade, bem como ao posicionamento político dos representantes do setor em Brasília. O encerramento foi marcado pela busca de pontos comuns entre os expositores, notáveis lideranças do agronegócio brasileiro, e os diversos representantes da sociedade civil presentes, com vistas à incorporação de ditos elementos à Plataforma Brasil Democrático e Sustentável, do IDS.

PARTE I – Exposições

Marcos Jank

Após mencionar a complexidade e importância da conciliação das agendas agrícola e ambiental, Marcos Jank fornece um panorama do agronegócio nacional. Ressaltando a importância do setor para a economia nacional, visto que representa aproximadamente 23% do PIB e emprega mais de 30% do total da força de trabalho, procura desmistificar duas afirmações constantemente usadas por críticos do agronegócio. A primeira é de que o setor tem baixo valor agregado e se opõe à industrialização. A agroindústria representa mais de 70% da renda do agronegócio, contando com elevados índices de inovação. A segunda é a origem do valor adicionado da produção agrícola, isto é, o conceito pré-moldado de que temos que industrializar a soja e vender farelo de soja, industrializar o açúcar e vender açúcar refinado, entre outros exemplos. Dada a simplicidade da maioria desses processos, o maior valor adicionado de nossa produção está na *commodity*. O grande desafio reside nesta produção

primária, aliando capacidade técnica com disponibilidade de recursos naturais, como terras aráveis e água, e garantindo, assim, produtividade e competitividade.

É assim que o setor contribuiu com superávit de R\$ 79 bilhões para o equilíbrio da balança comercial em 2012. O valor adicionado do agronegócio brasileiro pode ser visto pela transição de safras concentradas em produtos primários como café, açúcar e cacau, para uma pauta de concorrência com o que outros países já produziam há muito tempo, como soja, milho, carne, leite. Em 2012 o país foi líder mundial em exportação de soja e de milho, após uma quebra de safra nos Estados Unidos. Enquanto em outros setores há um profundo déficit impactado pela concorrência da China, Índia, entre outros, esses países representam grandes oportunidades para a agricultura nacional, de forma que a Ásia já representa 50% de nossas exportações.

Quando se fala em segurança alimentar, o quadro mundial elaborado pela *The Economist*, indica excedente na América do Norte, porém não mais no mesmo ritmo de crescimento da segunda metade do século passado. Observam-se excedentes consideravelmente crescentes apenas na América do Sul, sobretudo Brasil, e de forma menos intensa na Austrália. Por outro lado, há um déficit cada vez mais importante surgindo na Ásia e boa parte da África. Países ainda abaixo do nível de segurança alimentar, concentrados na África Subsaariana e Sudeste Asiático, necessitam não apenas de exportação de excedentes, mas também da definição de um modelo de desenvolvimento produtivo associado à preservação de recursos naturais, dado que muitos deles ainda concentram parcela relevante de suas populações no meio rural.

A importância do Brasil neste cenário é demonstrada por dados da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura – FAO, indicando que para compor o crescimento de 70% esperado na produção de alimentos até 2050, de forma a garantir a segurança alimentar global, 40% do aumento total deve vir do Brasil, expectativa esta decorrente da qualidade e produtividade do agronegócio brasileiro. Nesse ponto, o expositor destaca o primeiro ponto levantado pelo mediador. Segundo ele, desde as últimas décadas do século passado, quando perderam intensidade os projetos de colonização em áreas de baixa ocupação no Brasil, grande parte do aumento de produção advém dos ganhos de produtividade. O ganho anual de produtividade total, isto é, que considera a produtividade da terra, do trabalho e do capital, chegou a 3,6% na última década e um pouco mais na década anterior. Apenas a China apresentou ganhos de produtividade total superiores.

Marcos Jank acredita que estes ganhos de produtividade decorram de 3 fatores. Primeiro, o fim dos subsídios para a ocupação extensiva do território e de políticas públicas como a do preço mínimo, fazendo com que o produtor tenha que competir com o resto do mundo. O segundo fator seria a migração de gente qualificada para ganhar escala. Por último, porém não menos importante, destacou-se os investimentos em pesquisa e desenvolvimento de tecnologia tropical.

O aumento de escala no processo de migração é notável quando comparadas as regiões. Enquanto fala-se de culturas anuais de 20 hectares no Nordeste e de 40 hectares no Sul, no Centro-Oeste as bases são de 700 hectares. É um processo que segue ocorrendo na direção da região conhecimento como Mapitoba (Maranhão, Piauí, Tocantins e Bahia). Dados globais mostram que 85% dos agricultores têm menos de 2 hectares e, até nos Estados Unidos, a situação não é tão forte quanto aqui. Esses ganhos de escala, na opinião do expositor, são

fundamentais para a competitividade do Brasil nas *commodities* agrícolas e podem inclusive contribuir para cumprimento das leis ambientais.

E, no momento em que há uma elevada produtividade e competição por escala, a pecuária, que tradicionalmente ocupou áreas extensas, também incorre em pressão. Os exemplos da segunda safra de milho e soja, bem como o etanol de segunda geração no caso da cana-de-açúcar, são exemplos de saltos de produtividade enormes. O maior desafio da pecuária reside, portanto, em compatibilizar seus ganhos com o de outras culturas, mantendo-se competitiva. Dos 15 milhões de hectares estimados de crescimento de área cultivada até 2020, Marcos Jank acredita que 2,8 milhões de hectares venham de desmatamento na região do Mapitoba, enquanto que os outros 12 milhões devem vir da intensificação da pecuária. Entretanto, seguindo o ritmo de ganhos de produtividade projetado para a atividade, seriam liberados cerca de 8 milhões de hectares para expansão das culturas agrícolas. Jank acredita que este déficit de 4 milhões pode ser sanado pela integração entre pecuária e agricultura. Em suas palavras: “Da mesma maneira que o plantio direto foi revolucionário há 20 anos atrás, há 30 anos atrás, não só em termos de produtividade, mas também em termos conservacionistas, a próxima grande revolução de manejo agrícola no Brasil será a entrada da agricultura nas áreas de pasto e, na medida em que a agricultura entra, a primeira coisa que acontece é o aumento da produtividade do pasto, pela fixação que acontece do nitrogênio no solo, pela fertilização obrigatória. Hoje não se usa adubo em pasto, ou se usa muito pouco, porém quando há a integração, a rotação pasto e agricultura, pasto e soja, automaticamente vem o nitrogênio da soja e vem a fertilização”. Portanto, há um convencimento de que o crescimento da agricultura se dará por ganho de produtividade e por ocupação de área de pasto, pressionando a pecuária a ser mais eficiente e aliviando, assim, a pressão do desmatamento.

Focando a discussão na questão do desmatamento, Jank acredita que faz sentido para o país uma política de desmatamento líquido zero, ou seja, a ocupação de áreas de grande potencial de cultivo de forma simultânea à recomposição de áreas de pouca aptidão agrícola. Isto porque, em sua opinião, pelo fato de as ocupações não terem obedecido a um ordenamento territorial planejado, como estabelecido por um adequado Zoneamento Ecológico Econômico, a atual disposição de áreas de cultivo e preservação não representa o arranjo ótimo em termos de conservação e produção.

Para concluir, o expositor menciona a questão da infraestrutura. Marcos Jank defende a adoção de modais mais adequados para distâncias longínquas, em oposição a uma situação atual que considera irracional. O uso de caminhões para transporte interno de longas distâncias, a operação portuária acima de sua capacidade e o uso de navios de tamanhos reduzidos para exportação são exemplos que representam esta realidade. Este quadro se agrava em função de grande parte da produção nacional advir do centro-oeste, distante da região costeira. Ao caos da infraestrutura soma-se a baixa capacidade de estocagem do Brasil, de cerca de 2/3 da safra, enquanto que em países como os Estados Unidos essa proporção chega a 130%. Por esta razão, os caminhões acabam servindo, além de meio de transporte, como meio de armazenagem, sobretudo de grãos. Uma representação desta irracionalidade é o risco real de termos milho apodrecendo em algumas regiões do Brasil na safra atual, enquanto algumas regiões deverão ser abastecidas com importações, dadas as barreiras

econômicas e estruturais internos. Soluções para as questões de infraestrutura no país são fundamentais para integração da agricultura com os mercados consumidores.

Roberto Rodrigues

Roberto Rodrigues inicia sua exposição destacando o alinhamento de suas ideias com o que foi apresentado por Marcos Jank. Primeiramente, reforça a questão da infraestrutura logística, em pauta há pelo menos 15 anos, que impacta nos custos da importação de insumos, e reduz o potencial das receitas de exportação do agronegócio, que poderia ter superávit ainda maior.

O expositor também destaca o ponto mencionado previamente a respeito das expectativas da FAO para o aumento de produção no Brasil. Em sua visão, é a primeira vez na história em que há um apelo externo neste sentido. E, embora seja possível atender a essas expectativas, não há um entendimento comum no Governo a esse respeito, havendo inclusive um descaso com o setor que se contrapõe a sua importância estratégica para o país, refletida também nas nomeações para posições estratégicas da política setorial. Aparentemente, o Brasil tem um papel potencial que o mundo valoriza muito mais do que nós valorizamos internamente.

Outras barreiras ao setor, na opinião de Roberto Rodrigues, referem-se à ausência de políticas de renda e comercial. O seguro rural existente não atinge nem 5% da produção nacional, pois o Governo não cumpre a parte dele no orçamento. O crédito ao produtor, embora em volume elevado, é impactado pela burocracia de leis dos anos 60. Ademais, o Brasil é um dos únicos países no mundo que não tem um único acordo bilateral para o agronegócio, que envolva produtos complementares, incentivando a produção e fortalecendo o país no cenário internacional, diante da iminente aliança entre Estados Unidos e União Européia e das inúmeras alianças de outros países. Um grande exemplo é o Chile, que sozinho possui mais de 20 acordos comerciais bilaterais vigentes.

O panorama institucional do setor também preocupa o ex-Ministro. Há 4 ministérios que cuidam da agricultura no país, todos eles disputando recursos, prestígio, etc. No campo da regulação da interação com o meio ambiente, Roberto Rodrigues acredita que deveria existir um Código Ambiental mais amplo que o atual Código Florestal, explorando mais intensamente temas como recursos hídricos, preservação do solo. Em sua opinião, se houvesse existido tal discussão há tempos atrás, de um Código Agroambiental muito mais amplo, não haveria essa discussão primária, pautada em conflitos, preconceitos e idiosincrasias de parte a parte.

Roberto Rodrigues ressalta que não se deve homogeneizar o agronegócio brasileiro, marcado por mundos díspares climaticamente, fundiariamente, tecnologicamente, eticamente e, portanto, culturalmente. A estrutura do setor é, hoje, reflexo desses regionalismos e dessa migração ocorrida. Ressaltando essa diversidade, o Brasil tem a maior produtividade por hectare do mundo para a soja, porém na produção de milho temos apenas a metade da produtividade americana. Isso porque o milho é plantado por qualquer pessoa que tenha alguns animais para alimentar, não se preocupando com a qualidade ou competitividade de sua produção. Há, ao mesmo tempo, produtores de milho que se equiparam aos melhores cultivos dos Estados Unidos, de forma que não se pode falar do segmento como um todo em função da produtividade média.

Portanto, de maneira genérica, a estrutura do setor conta com um perfil de produtor moderníssimo convivendo com um perfil de produtor atrasado. E o processo, se não for trabalhado da maneira correta, se encaminhará para soluções de grande custo social, como ocorrido na implantação do Plano Collor e do Plano Real. A transição de um país fechado comercialmente totalmente protegido, com políticas públicas protecionistas e inflação de 80% ao mês, para um país, 4 anos depois, sem qualquer proteção comercial, sem políticas públicas agrícolas e com uma inflação civilizada, causou intensa exclusão de produtores menos competitivos. Roberto Rodrigues estima que 200 mil produtores rurais desapareceram nesse período, entre pequenos no Sul e Nordeste, e grandes no Centro Oeste. Quem pôde sobreviver, foi obrigado a buscar tecnologia que estava na estante do agrônomo da universidade, da Embrapa e de vários órgãos de pesquisas que estavam quase que parados.

Assim, essa mudança na direção da competitividade teve que se lastrear em dois problemas: tecnologia e gestão. A tecnologia já estava disponível, porém até hoje estamos buscando mecanismos de gestão adequados, apanhando e aprendendo, porque não existiam tais instrumentos. Esse sistema de governança deve valorizar o pequeno e o grande produtor, visto que esses são complementares, se somam. Neste ponto, o expositor ressalta a divergência em relação ao discurso do então candidato à presidência Lula no início dos anos 2000, quando este pautava seu discurso na proteção do pequeno produtor. Em sua opinião, é preciso olhar de uma forma mais abrangente, buscando mecanismos para que todos possam avançar e premiar aquele que conseguiu crescer, não castigá-lo porque teve mais êxito que aquele que não conseguiu crescer.

Por fim, em resposta aos questionamentos do mediador sobre o comprometimento do setor com a regularização ambiental, através de instrumentos como o Cadastro Ambiental Rural – CAR e o Programa de Regularização Ambiental – PRA, embora não considere que o atual Código Ambiental é adequado, em função das discussões entre radicais dos setores produtivos e ambiental, Roberto Rodrigues vê como um avanço positivo a adoção de tais mecanismos, ressaltando a importância das cooperativas na regularização de pequenos produtores. Durante toda sua exposição, é destacada a importância destes convênios com as cooperativas para regularização do meio rural. E acrescenta que deve haver também incentivos econômicos para a restauração e manutenção de Áreas de Preservação Permanente – APPs e Reserva Legal.

Um importante passo na direção da consolidação de práticas agrícolas aderentes à legislação ambiental e aos compromissos assumidos pelo Brasil no âmbito de sua Política Nacional sobre Mudanças do Clima – PNMC, foi o estabelecimento do Plano de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (Plano ABC), formalizado através do Decreto federal nº 7.390/2010. A respeito deste plano, Roberto Rodrigues convidou Eduardo Assad para, de forma breve, expor um diagnóstico e sinalizar os caminhos deste plano ao longo dos próximos anos.

Eduardo Assad inicia sua apresentação destacando a importância de focar as reduções de emissões de gases nos processos produtivos da agropecuária nacional, como exemplificado pelas práticas de plantio, integração lavoura e pecuária, entre outras. O Plano ABC vem de encontro a esse contexto, e o estudo "Agricultura de Baixa Emissão de Carbono: a evolução de um novo paradigma", que cobre seu desempenho até então e suas expectativas, é divulgado em um momento emblemático, no mesmo mês em que foi atingida concentração de 400 ppm,

rumando a um padrão de concentração para o qual não se sabe ao certo qual será a resposta fisiológica das plantas. Outro dado significativo é a temperatura média de 2012, que foi 2 graus acima da média, ou seja, próxima ao limite a partir do qual, segundo o Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima – IPCC, não se pode prever a resposta do meio ambiente.

Assim sendo, a avaliação do Plano ABC procurou identificar seus entraves e prover diagnósticos de curto e médio prazos, visando direcionar as adequadamente as ações e potencializar seus resultados.

Primeiramente, Assad destacou que o Plano não foi publicado até a presente data. Isso gera problemas na medida em que, por lei, só são permitidas alterações a partir de 2 anos após sua publicação, embora o Plano exista, acompanhado do Programa ABC, que identifica as atividades passíveis de financiamento. Dois exemplos de possíveis alterações na consecução dos objetivos do plano, segundo ele, são a inclusão de práticas agroecológicas e produção de biocombustíveis. Essa é uma questão que precisa ser solucionada.

Posteriormente, é citado o desempenho do Plano até então. Após 3 anos de execução, a previsão inicial de desembolsos da ordem de R\$ 5 bilhões ao ano não se concretizou. No primeiro ano, quando foram disponibilizados R\$ 2 bilhões via BNDES, não foi feito um contrato sequer. No segundo ano, observando-se que era preciso um operador com maior capilaridade, o Banco do Brasil substituiu o BNDES, e foram firmados contratos que somaram R\$ 400 milhões. No terceiro ano, ainda em curso, já foi contratado o montante de R\$ 1,7 bilhão, havendo, no momento, 6 mil contratos ativos. Portanto, o Plano e o Programa ABC estão em curso e demonstram crescimento. Entretanto, é necessário uma maior aderência entre ambos, de forma que os recursos financeiros não sejam drenados para outras ações fora de seus conceitos principais, representados pela redução de emissão de gás de efeito estufa e aumento da produção.

Eduardo Assad destaca então os principais atores que podem contribuir nesse processo. Na expansão da capilaridade do sistema, cuja evolução inicial ocorreu com a transição para operação do Banco do Brasil, a contribuição das cooperativas é fundamental, dado que já foram mapeadas mais de 2 mil delas que produzem carne, leite e grãos, e que atuam diretamente com ações relacionadas ao Plano ABC. A integração do plano com produtores de sementes de qualidade, centros de assistência técnica e extensão rural com políticas definidas, centros de ensino e pesquisa, sindicatos rurais e, inclusive, a Confederação de Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA, que após superar um período de ceticismo em relação às mudanças climáticas, passou a enxergar oportunidades de geração de renda a partir, por exemplo, de serviços ambientais e preservação. A partir da identificação desses atores, foi feito mapeamento das áreas mais carentes em relação a esse apoio, com vistas à criação de uma estratégia de cobertura nacional do Plano e à transição de um modelo de financiamento de itens, máquinas, entre outros, para um modelo focado em sistemas produtivos. Atualmente, por exemplo, são mínimos os financiamentos para a Região Amazônica e o Nordeste brasileiro, que contam com pouca participação relativa desses atores e poucos recursos tecnológicos, como demonstra, por exemplo, a escassez de laboratórios de análise de solos nessas regiões.

Focando na pecuária, em sinergia com o que fora apresentado por Marcos Jank, foi feito também um mapeamento dos municípios com menor taxa de lotação, ou seja, regiões com menos de 0,6 animal por hectare. Se, nestes municípios, conseguirmos melhorar a produtividade para 1 animal por hectare, que é a meta técnica do Plano, é possível aumentar o rebanho nacional em 12 milhões de cabeças, “economizando” 35 milhões de hectares. Esse crescimento do rebanho nacional vai de encontro com as projeções de crescimento da produção até 2020.

Os números potenciais do Plano ABC são elevados. Segundo estimativas, a atuação nas pastagens degradadas já evitaria a emissão de 324 milhões de toneladas de CO₂eq, mais que o dobro previsto inicialmente no Plano. As práticas de integração lavoura/pecuária e de plantio direto ainda contribuiriam com mais de 500 milhões de toneladas de CO₂eq evitadas. Isto quer dizer que, somente com a implantação deste Plano, seria possível aproximar-se do compromisso de redução de desmatamento da Amazônia e de emissão de gases assumidos pelo Brasil no âmbito da PNMC, além de fortalecer sua posição nas negociações pós-Kyoto.

Na questão da operação dos recursos do Plano, Assad destaca novamente a necessidade de substituição do BNDES por uma instituição de melhor capilaridade, problema este enfrentado também pelo Fundo Amazônia e pelo Fundo Nacional sobre Mudança do Clima, porém já resolvido no âmbito do Plano ABC com a entrada do Banco do Brasil. Além disso, segundo ele, há uma competição entre diversos programas de financiamento agrícola. Enquanto o Plano ABC tem juros da ordem de 5% ao ano, o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO tem taxa de 3% ao ano e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf de 1% ao ano, o que compromete a aplicação das tecnologias limpas desenvolvidas. Portanto, deveria haver, segundo ele, uma equalização das condições destes mecanismos.

Finalizando, as perspectivas de evolução do Plano ABC são positivas, porém seu nível de eficiência dependerá da solução aos entraves apresentados. Num cenário de êxito na recuperação dos 15 milhões de hectares de pastagens previstos, seriam necessários 78 mil contratos, ou seja, num cenário de baixa adesão, a meta não é cumprida.

PARTE II – Debate

Proposta de Debate

Na abertura do debate, Sérgio Leitão sintetiza alguns pontos do debate, deixando 3 perguntas como pano de fundo para a discussão. Primeiramente, o mediador ressalta que parece haver ponto comum em relação à não necessidade de expansão de áreas para aumentar a produção agrícola brasileira. Desta forma, como dirimir esta rota conflitiva entre diversos setores no Brasil, sobretudo setores sociais e da iniciativa privada, em torno daquilo que possa parecer pretensões exageradas advindas da outra parte em relação ao interesse de cada uma?

O segundo ponto levantado é a congruência dos expositores em relação às necessidades de ganhos de produtividade na atividade pecuarista, a fim de reduzir a pressão por desmatamento e viabilizar o crescimento da produção agrícola. No contexto de um setor com

uma cadeia produtiva mais dispersa, como é a pecuária, onde estabelecer pactos, acordos e processos de negociação é mais complexo, como promover essa mudança?

Por último, dadas as dificuldades de diálogo e compreensão mútua entre ambientalistas e o setor produtivo, por que não se consegue valorar as contribuições da outra parte e estabelecer parcerias efetivas?

Debate

Iniciando a participação dos convidados, Arilson Favareto ressalta que, no contexto estratégico de desenvolvimento sustentável e da importância deste setor para as perspectivas do país, nota-se um contraste entre os ganhos de produtividade e competitividade enaltecidos durante as exposições, e o equacionamento de problemas ambientais e sociais.

Desta forma, são colocadas as seguintes questões: (i) do ponto de vista do arranjo de forças políticas, além da oposição entre agronegócio e agricultura familiar considerada equivocada pelo debatedor, quais são os segmentos dentro deste setor que convencionamos chamar de agronegócio que podem ser portadores de uma agenda que equacione estas 3 dimensões no futuro?; (ii) dadas as evidências de contrapartidas sociais negativas da expansão do agronegócio, como, por exemplo, nos municípios do oeste baiano, onde observa-se aumento da renda acompanhado de crescimento das desigualdades, como o setor avalia os impactos territoriais sociais?; e (iii) em uma dimensão institucional, como equacionar a discrepância entre a localização dos potenciais ganhos de produtividade na agropecuária e a concentração de instituições que poderiam impulsionar esses ganhos, reforçando a capilaridade do sistema?

Em resposta às colocações, Marcos Jank ressalta a característica da agricultura brasileira poupadora de desmatamento a partir de 1990. Em sua opinião, a única região onde essa pressão segue forte é no Mapitoba, e, realmente, região esta que apresentava menor índice de desigualdade antes da expansão agropecuária. Porém, ressalva que essa igualdade advinha de um nível de pobreza uniforme. O cenário mudou quando o agronegócio se expandiu em direção à região, já que surgiu uma classe média associada a esta nova atividade produtiva que, desta forma, aumentou a desigualdade. Segundo ele, nos municípios baianos ocorreu um fenômeno semelhante, porém com diferenciação entre regiões de expansão de áreas com foco em atividades agrícolas e com foco na pecuária. Nas primeiras, como no Município de Luis Eduardo Magalhães, nota-se um forte crescimento decorrente de todas as indústrias de suporte, como insumos, revendas, assistência técnica e outras que acompanham a agricultura. Isto em oposição a regiões com maior foco na pecuária, como o Município de Barreiras, que pouco cresce. Ainda assim, há municípios onde a agricultura não teve esses resultados, neste caso justificados pela falta de programas de qualificação, existência de clientelismo e exploração da miséria.

Ainda no campo social, Marcos Jank acrescenta que, muitas vezes, a expansão da produção agrícola de grande escala não desloca, necessariamente, a agricultura de subsistência. No Maranhão e Piauí, por exemplo, a primeira está se estabelecendo em áreas de chapadões, enquanto a segunda segue existindo nas áreas de baixada, como há muitas décadas, embora

admita que se deva estudar melhor a integração entre um modelo mais tecnológico e outro mais tradicional nessa região, melhorando a condição social geral.

Retomando questionamento feito pelo mediador a respeito da viabilização dos aumentos de produtividade em áreas de pecuária, Jank considera que esta pressão advém do próprio mercado, mais intensamente que através de políticas públicas. Quando um produtor realiza a integração lavoura-pecuária e vê sua rentabilidade subir, os demais são pressionados a se manterem competitivos no uso da terra. Entretanto, se não houver um ordenamento territorial, dificilmente isso ocorrerá numa única direção. Uma política de zoneamento tem potencial de resolver essas questões e, fazendo conexão com tema previamente abordado, promover o desmatamento líquido zero.

André Lima realiza sua intervenção focando em um caráter mais político do debate. Em sua visão, há grande distância entre o que foi apresentado pelas lideranças setoriais presentes à Roda de Conversa e a agenda da bancada ruralista no Congresso Nacional. Como exemplo, cita a discussão sobre o Código Florestal, onde prevaleceram as posições de lideranças mais conservadoras do agronegócio. Adicionalmente, André questiona os expositores a respeito de suas opiniões sobre a agroecologia como sistema de produção de alimentos em escala, ou seja, como veem esta questão inserida na política agrícola brasileira.

Luis Beduschi contribui trazendo, primeiramente, a questão florestal ao debate, levando em conta que a região de maior crescimento das atividades a ela relacionadas também é o Maptoba, onde há pressão para expansão de áreas agrícolas. Em seguida, acompanhando as colocações de André Lima e Arilson Favareto, questiona como o setor percebe as dimensões sociais e ambientais de suas atividades e quais são as estratégias direcionadas ao equacionamento destes interesses. Por fim, partindo das ideias de Marcos Jank a respeito do ordenamento territorial, Luis Beduschi observa que, por vezes, quando se pensa essa outra arquitetura institucional de foco territorial e não somente no agronegócio, promovendo integração entre diferentes atores, há resistência dos agricultores e suas representações, que optam por fugir desses espaços.

José Eli da Veiga elabora sobre os pontos apresentados por André Lima, acrescentando um componente que vem pesando relevantemente na composição da rentabilidade agrícola, além do lucro do negócio em si, que é a valorização patrimonial. Este componente permite que alguns produtores apresentem rentabilidade corrente inferior a investimentos de renda fixa, pois são cobertos pela valorização de sua terra. Assim, José Eli considera que há uma gama de especuladores disfarçados de agropecuaristas, que compõem o “grosso” da bancada ruralista no Congresso Nacional e que não representam este agronegócio moderno apresentado por Marcos Jank e Roberto Rodrigues. Foram estes, em sua opinião, que conduziram a representação do setor durante os debates sobre o Código Florestal, de forma que segmentos mais modernos foram a reboque dos segmentos mais atrasados do agronegócio.

Em resposta às observações e questionamentos dos convidados, Roberto Rodrigues ressalta o papel da articulação institucional do Governo na solução dos eventuais conflitos existentes entre diferentes setores sociais, citando como exemplo o próprio Plano ABC, onde os Ministérios do Meio Ambiente, Agricultura e da Fazenda cooperaram para um resultado comum. Tratando especificamente do questionamento de Arilson Favareto a respeito do papel

de articulação social dentro do setor, Roberto Rodrigues não tem dúvidas que as cooperativas representam o principal agente de balanceamento das dimensões econômica e social.

Migrando para a questão política, abordada mais intensamente por André Lima e José Eli da Veiga, o ex-Ministro considera arriscado dizer que segmentos mais atrasados do agronegócio lideraram os debates sobre o Código Florestal. Segundo ele, o que há é um extremismo que faz com que ambos os lados adotem posições radicais, pois consideram que estão sendo atacados pela outra parte, processo no qual quem está no meio, como em seu caso e de Marcos Jank, acaba ficando sem voz. E este cenário só muda com a propagação de eventos e debates como esta Roda de Conversa, envolvendo lideranças como a CNA, Marina Silva, entre outras.

Abordando de forma mais detalhada a questão da valorização patrimonial e o cenário especulativo do meio rural, colocada por José Eli da Veiga, Roberto Rodrigues discorda que esse grupo seja majoritário no setor. A maioria dos agropecuaristas, segundo ele, se dedica à atividade pois acredita e valoriza aquilo que faz. Já em relação à agroecologia, trazida à tona por André Lima, Roberto Rodrigues diz defender a cultura orgânica, que tem potencial de geração de renda para o pequeno produtor, ressaltando sua participação na elaboração da Lei de Biossegurança e na Lei dos Orgânicos, quando Ministro da Agricultura. O que ocorre, em sua opinião, é uma desorganização geral no setor, que não permite que diversos atores congreguem em torno de soluções benéficas a todos os atores, de forma que os processos de regulamentação e implantação das leis se torna lento. Complementando, contraria abordagem colocada por Luis Beduschi sobre a integração de atores com foco territorial, afirmando que, muitas vezes, o grande produtor pode gerar renda e melhorar as condições sociais inclusive daqueles produtores de menor escala, cujo acesso a recursos é mais limitado. Esta melhoria se daria através do incentivo à educação, formação de mão-de-obra e atratividade de profissionais de serviços básicos à região onde se instalam.

Marcos Jank dá sequência ao tema da articulação institucional, a fim de criar um ambiente saudável de discussão, que resulte em objetivos comuns para os setores envolvidos. Segundo ele, o debate deve ocorrer em ambientes como o do presente evento, pois quando chega ao Congresso não há mais ambiente para discussões conceituais construtivas e não radicais. Um exemplo de articulação entre diferentes dimensões que houve êxito, é citada a negociação sobre condições de trabalho entre a UNICA e o Governo Federal, gerando processo de certificação do produto final, que foi criticada por alguns segmentos do setor sucroalcooleiro sob o argumento que seria impossível cumprir com o acordo.

Quanto à especulação no campo, em contraponto ao que foi dito por José Eli da Veiga, acredita que o produtor olha o que é feito por seu “vizinho” e se nota perda de competitividade, irá adotar medidas de adequação. Nesta mesma linha, no cenário de fim da ocupação extensiva de áreas, acredita que há desestímulo ao enfoque patrimonial de terras agrícolas, pois representa perda de dinheiro num cenário de competitividade entre culturas.

Marina Silva, por sua vez, aborda a importância do evento na construção de uma agenda para o país pautada na democracia e sustentabilidade, utilizando-se desta pluralidade de opiniões e de enfoques para traçar um mapa do caminho para o setor, isto é, que esta diversidade resulte em um produto comum.

Tratando das exposições, Marina observa que, no cerne da questão, está o tema da produtividade e, conseqüentemente, a não necessidade de expansão de áreas de cultivo sobre regiões não antropizadas. Assim sendo, na mesma linha dos debatedores que se expressaram, questiona: por que esse cabo de guerra no Congresso para anistiar áreas desmatadas ilegalmente na ordem de 40 milhões de hectares? Por que o cabo de guerra para aprovar uma medida provisória que regularizou áreas ocupadas ilegalmente, sobretudo na Amazônia? Por que o cabo de guerra recente estabelecido para expansão da cana de açúcar na Amazônia, inicialmente em áreas degradadas? E por que no cerrado não há essa restrição de áreas?

Por outro lado, de acordo com a apresentação de Eduardo Assad, há crescente propensão de produtores à implementação do Plano ABC, dados os efeitos adversos evidentes das mudanças climáticas e os ganhos financeiros que medidas sustentáveis podem gerar. Mas é preciso garantir que não sejam perdidos os ganhos políticos dos pequenos produtores, que também possuem direito aos benefícios do momento, ou até mesmo aqueles que resistiam bravamente para se perfilar a favor da sustentabilidade?

Em relação ao radicalismo no posicionamento político, citado por Roberto Rodrigues, Marina Silva faz ressalva de que o embate do Código Florestal foi marcado por uma propensão ao diálogo inicial, e quando ambientalistas abriram mão de grande parte de suas ideias, o setor produtivo impôs ainda mais alterações. Deve haver lideranças representativas com propensão a esses entendimentos, de ambos os lados, garantindo um modelo de desenvolvimento no qual há lugar não somente para o agronegócio, mas também para a agricultura familiar e toda a diversidade deste setor em bases sustentáveis.

João Paulo Capobianco retoma a colocação de Marcos Jank sobre a baixa necessidade de expansão de áreas agrícolas e a possibilidade de se chegar a um desmatamento líquido zero, a partir de um ordenamento territorial inteligente. Considerando as dificuldades primárias e desorganização enfrentadas pelo setor, há aparente contraste entre a realidade e as perspectivas positivas para o futuro do agronegócio no Brasil. Tudo que foi apresentado pelos expositores, que poderia gerar propostas efetivas de desenvolvimento sustentável do setor, convive com medidas como a recente autorização de expansão do cultivo de cana-de-açúcar na Região Amazônica, ou as propostas de revisão de áreas de unidades de conservação e indígenas.

Desta forma, em linha com o que foi dito por Marina Silva, como criar uma agenda efetiva que se sobreponha a essas assimetrias em relação ao diálogo transcrito nesta Roda de Conversa? Aparentemente, todos estamos olhando para o mesmo Brasil no futuro, mas como construir isso, com o agronegócio assumindo esse papel estratégico sustentável e melhorando sua representação?

PARTE III – Encerramento

Considerações Finais

Marcos Jank inicia suas considerações finais ressaltando novamente que o posicionamento político algumas vezes radical de representantes do setor no Congresso Nacional não representa necessariamente sua visão. Havia um processo prévio e extenso de discussões, que resultaram num esboço do novo Código Florestal já em 2007, porém que foi desfigurado pela radicalização das posições de ambos os lados e as decisões de última hora para aprovação da lei. Outro exemplo de discrepância entre suas ideias e o que é levado a Brasília é a expansão do cultivo de cana-de-açúcar na Amazônia, com a qual ele e Roberto Rodrigues não concordam, ressaltando que trabalhou muito na definição de um Zoneamento Econômico-Ecológico quando presidia a UNICA, e que isto não estava na pauta de suas propostas.

Os setores focados no desenvolvimento agrícola e na preservação ambiental devem trabalhar de forma sinérgica na construção do mapa do caminho, deixando de lado a cultura imediatista do Brasil, sendo a criação do presente ambiente de discussão fundamental neste processo.

Roberto Rodrigues, dando encaminhamento a suas conclusões, destaca dois pontos. Primeiramente, à luz da crise civilizatória citada por Marina Silva, afirma que há, sobretudo, uma crise global de ausência de lideranças. Não há líderes capazes de tomar decisões a respeito dos pontos de conflito entre a necessidade de preservação ambiental e a demanda por aumento na produção de alimentos, por exemplo. O segundo ponto levantado é a necessidade de proteção ao pequeno agricultor no âmbito do Plano ABC, suportado por uma estrutura de articulação com os grandes produtores e pautado na formação de cooperativas.

Para concluir, em sua opinião, a agenda a ser construída passa pela ampliação dessa discussão a outras esferas e instituições, como a Sociedade Rural Brasileira, além do foco na solução conjunta para os principais entraves do setor, como a questão do licenciamento para projetos logísticos.

Sérgio Leitão faz o encerramento geral ressaltando que o evento permitiu que se comece a pensar em uma agenda mínima a respeito do que precisamos perseguir fundamentalmente, a fim de criar soluções e gerar círculos virtuosos. Primeiramente, destaca a questão do desmatamento zero e seu potencial de pacificar os conflitos de “fronteira” do agronegócio com ambientalistas e povos tradicionais. O mediador destaca ainda a necessidade de correta implementação do novo Código Florestal e os novos arranjos produtivos com viés sustentável, como a integração lavoura-pecuária-floresta, num contexto de compreensão que a biodiversidade é fundamental para o progresso do país. Por fim, é importante que não se perda de vista outros temas, como o Protocolo de Nagoya, que deve ser encarado de forma adequada.

Pontos a serem discutidos futuramente

- ✓ Como expandir a produção no país e, ao mesmo tempo, garantir um meio rural equilibrado a partir de um enfoque territorial que valorize e integre os diferentes atores deste meio?
- ✓ Qual o impacto que o Protocolo de Nagoya pode trazer ao modelo de produção do agronegócio? Como este tema deve ser abordado na construção de uma agenda que concilie os interesses dos setores produtivos e a preservação ambiental no Brasil?
- ✓ Como garantir a aderência dos grandes produtores aos instrumentos de regularização ambiental previstas no novo Código Florestal, de forma que este não venha a se tornar mais uma lei não cumprida?
- ✓ Como potencializar os resultados de iniciativas como o Plano ABC e integrá-lo com outros planos e políticas agrícolas no Brasil?
- ✓ Desmatamento líquido zero: ocupação com tecnologia e de acordo com a legislação vigente. Como isso poderá acontecer?
- ✓ Redesenho da política de desenvolvimento: como poderá se dar a relação entre zoneamento (ZEE) e desmatamento líquido zero?

Consensos e conclusões que possam ser incorporados à Plataforma

- ✓ Há um aumento considerável de demanda por alimentos para garantir a segurança alimentar global, e o Brasil tem importante papel no suprimento desta demanda.
- ✓ O Brasil não precisa ampliar sua área desmatada para atender às expectativas de aumento de produção agropecuária em face ao aumento de demanda por produtos agropecuários no mundo. O principal vetor deste processo é a intensificação da pecuária.
- ✓ Novos arranjos produtivos com viés sustentável, como a integração lavoura-pecuária e lavoura-pecuária-floresta, possuem potencial de cumprir esse papel de garantir o uso adequado da terra e o aumento de produção.
- ✓ Deve-se aprimorar o arcabouço institucional que dá suporte ao setor. A existência de tantos ministérios responsáveis pelo setor agropecuário e a falta de coordenação entre eles, compromete a efetividade de ações que garantam a sustentabilidade no meio rural.